

Justiça

# Juíza fala para adolescentes na Capital

*Bullying e violência escolar foram os temas discutidos na palestra*

BRUNO COSTA



Áurea Brasil Santos Perez discursou para um público de 160 alunos, na Barão do Rio Branco

Na manhã do dia 21, a Escola Estadual Barão do Rio Branco, em Belo Horizonte, recebeu, além dos frequentadores habituais, uma visita que, ao que tudo indica, vai deixar em breve de ser raridade. Concretizando a proposta da Semana do Juiz na Escola, idealizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a juíza Áurea Maria Brasil Santos Perez foi à instituição para falar sobre bullying e violência escolar.

A palestra contou com público de 160 adolescentes de 14 a 17 anos. Acompanhados de seus professores, os alunos do oitavo e nono anos do Ensino Médio ouviram a exposição da magistrada, para surpresa dela,

"com grande atenção e interesse". Ela afirma ainda que o tema acaba por atrair os adolescentes: "Não só eles, mas adolescentes do Brasil e de todo o mundo lidam com isso diariamente", explica Áurea Perez. Ao final de quase duas horas, a juíza ainda deixou muita gente da animada plateia sem resposta, em vista da necessidade de encerrar a atividade.

#### Prática antiga

A juíza Áurea Perez enfatizou que o bullying é uma prática antiga, mas só recentemente vem sendo estudada com mais profundidade e abordada pelas ciências humanas e pelo Direito. Ele consiste na "agres-

são verbal, física e material" exercida de forma repetitiva e sem razão aparente. A magistrada afirma que o fenômeno não se restringe ao ambiente escolar. "Hoje, há uma forma ainda mais perversa, que é o cyberbullying. A pessoa agredida recebe mensagens de celular, e-mails e outras modalidades de comunicações por meios virtuais como a internet", esclarece.

CONTINUA...

## CONTINUAÇÃO.

Atualmente, esse problema se torna mais grave porque, de acordo com a juíza, há mais liberdade para os jovens e facilidade de acesso a recursos digitais. E, de fato, a iniciativa da professora de ciências Ana de Oliveira Aguilár foi desencadeada por um caso de divulgação de vídeos e fotografias depreciativas de um aluno da instituição por colegas. "Na época, a minha filha, que é advogada, leu no site notícia a respeito. Então resolvi ligar e agendar a visita à escola", contou.

#### Abrangência

Em sua fala, a magistrada salientou que o bullying "não abrange apenas o agressor e a vítima, mas todos os espectadores", que podem até se tornar participantes da violência caso nada façam para impedi-la. Nesse momento, uma das perguntas do público foi justamente se contar o que presenciaram um colega fazer, não seria ser "dedo-duro". A pressão pode criar um "círculo de silêncio" em que o temor e a insegurança

impedem o pleno desenvolvimento da criança e do adolescente. O desafio de não deixar a violência se tornar um hábito é de alunos, pais e professores.

"A Dra. Áurea explicou que o dedo-duro é aquele que prejudica alguém e atrapalha a vida dele. Mas, quando uma pessoa denuncia que houve bullying, ela está ajudando o agressor a se corrigir enquanto é tempo. Por outro lado, ficar em silêncio é ser conivente", explica a professora Ana de Oliveira.

Discutindo as possibilidades de resolver a questão, do ato disciplinar, que é determinado no âmbito da escola, até o ato infracional, que já é julgado por autoridades competentes como o juiz da Infância e Juventude, a juíza se declarou satisfeita com a iniciativa e com o envolvimento dos alunos. "Os professores nem puderam fazer perguntas, embora eu até tenha sido convidada a retornar em outra ocasião. Acho que eles preferiram deixar as turmas falarem", conta, divertida.

#### Repercussão

A professora Ana pôde testemunhar, no dia seguinte a repercussão do evento, pois conversou com os alunos, que se mostraram entusiasmados com a experiência. Já para a juíza Áurea, a experiência foi "proveitosa e enriquecedora", pois permitiu que ela trocasse informações com os estudantes. A magistrada, que não esconde que, como boa aluna, "estudou e leu bastante para preparar a palestra", defendeu que o projeto funciona porque não só divulga o conhecimento, mas também facilita a aproximação do Judiciário com a comunidade através do debate de um tema que pertence à realidade concreta de instituições de ensino e da Justiça.

Consulte a programação de palestras agendadas em todo o Estado na página eletrônica sobre o evento, no quadro de informes do Portal TJMG (<http://www.tjmg.jus.br/jij/semana>).

## Agendamento de audiências de conciliação

Cidadãos com processos na Justiça que queiram participar da Semana da Conciliação de 2010, de 29 de novembro a 3 de dezembro, fiquem atentos. O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) oferece dois canais para que as partes ou seus procuradores possam solicitar audiência de conciliação: o link "Quero Conciliar", disponível no Portal TJMG, e o Disque Conciliação 0800 283 2715.

Audiências para realização de acordo em processos da Justiça comum e dos Juizados Especiais podem ser solicitadas até o final deste mês para que sejam incluídas na Semana. Já aquelas a serem realizadas nos Juizados de Conciliação podem ser solicitadas até o dia 25 de novembro. Até o momento, mais de 500 pedidos para marcação de audiência já foram feitos através do "Quero Conciliar".

Essa é 5ª vez que Minas Gerais participa da Semana da Conciliação, criada para promover a cultura do acordo. Embora a conciliação já integre a rotina de trabalho dos magistrados mineiros, durante a Semana o esforço é concentrado. Juízes, servidores, conciliadores, entre outros participantes, envolvem-se no movimento que atende milhares de pessoas. Até esta data, 172 comarcas aderiram à Semana de 2010, e mais de 18 mil audiências já foram agendadas.

Em Minas, várias são as frentes envolvidas na conciliação: os juizados especiais e as centrais de conciliação que buscam o acordo em processos que tramitam na Justiça; os juizados de conciliação que atendem casos em que ainda não há ação judicial; e a Central de Conciliação de Precatórios que concilia dívidas de entes públicos reconhecidas pela Justiça.